



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638341 - RJ (2021/0000673-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LEONARDO CUNHA DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LEONARDO CUNHA DE OLIVEIRA - RJ172987
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : HUDSON PEREIRA SOTE (PRESO)
CORRÉU : CARLOS HENRIQUE GALDINO DO NASCIMENTO
CORRÉU : LEONARDO PARANHOS PAIM DOS SANTOS
CORRÉU : ALESSANDRO ROBERTO DOS SANTOS PEREIRA
CORRÉU : ASLAN DE ALMEIDA BRITTO PAES LEME
CORRÉU : GLAUBER DA MOTA PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HUDSON PEREIRA SOTE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Processo n. 00567139220208190000).

O paciente foi preso em tese em flagrante delito no dia 13/7/2020 pela suposta prática do crime de porte ilegal de arma de fogo, previsto no art. 16, *caput*, c/c o § 2º da Lei n. 10.826/2003.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão proferido por meio do qual foi indeferido o pedido de liminar; no mérito pede que seja denegada a ordem do *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem, visando a soltura do paciente.

O impetrante sustenta a ilegalidade da segregação processual do paciente, a qual não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes dos art. 312 do CPP. Aduz, assim, a carência de fundamentação idônea.

Nesse panorama, requer, em razão do constrangimento ilegal a que vem sendo submetido o paciente, a revogação da prisão preventiva. Pede que se aguarde em liberdade o julgamento do mérito do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja revogada definitivamente a prisão preventiva do paciente, com aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, extraído-se do acórdão do TJRJ:

Examinadas as decisões que convolou a prisão em flagrante em preventiva em 15 de julho p. passado e a que indeferiu o pedido de sua revogação, em 11 de agosto p. passado, cujo teor foi reproduzido quando do indeferimento da liminar às fls. 15/20 –item 000015, verifica-se que estão fundamentadas em estrita obediência ao artigo 93, inciso IX, da Constituição da República² e artigo 315 do Código de Processo Penal³, restando demonstrada a sua necessidade social diante da presença dos pressupostos ínsitos no artigo 312⁴ do citado diploma legal, com as alterações trazidas pela Lei 13.964/2019, não havendo ilegalidade no decreto prisional, devidamente, motivado na garantia da ordem pública, da instrução criminal e, ainda, da aplicação da lei pena (...)"Ressalta-se que a narrativa fática e capitulação constantes da denúncia revelam, em tese, a prática do crime tipificado no artigo 16 da Lei nº10.826/2003, alterada, recentemente, pela Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime), combinado com o §2º acrescentado pela nova legislação, que prevê, no caso de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso proibido, pena de 4 (quatro) a 12 (doze) anos, e classificação de crime hediondo.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente